

O ESTADO DE S. PAULO

PUBLICAÇÃO DA S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Sig. Catarina Álvares, 55 - CEP 03598-900 São Paulo - SP Caixa Postal 249
CEP 03060-970 - SP - Tel. 3516-2122 (PARQ)
Fax Nº (011) 3596-2940

Fundado em 1875
Julio Mesquita (1890-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1996)
Francisco Mesquita (1927-1996)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1997)

José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)

Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Flávio Barreto (1927-1928)

Código Florestal, água e números

VICENTE ANDREU

O tema "água" ganhou relevância no debate sobre o Código Florestal em razão, principalmente, da definição das larguras das faixas das áreas ripárias de preservação permanente, também chamadas de APPs hídricas. O foco neste artigo é analisar o impacto das áreas de preservação permanente (APPs) ao longo dos cursos d'água.

Há boa literatura técnica nacional e internacional sobre a necessidade dessas faixas ao longo dos rios e, de maneira geral, se entende que sua largura é determinada pelas funções que exercem. Assim, se desejarmos que a APP cumpra, por exemplo, a função de proteção de encostas e taludes nas margens dos rios, a faixa mantida deve ter de 5 a 8 metros. Se desejarmos também que preserve a biodiversidade e o chamado fluxo gênico, essa largura pode variar para até mais de 100 metros.

Os valores e intervalos dessas faixas são determinados por fatores como clima, tipo de solo, declividade do terreno, profundidade e largura do rio, vegetação e outras, que podem variar significativamente numa mesma bacia hidrográfica ou num mesmo bioma. Não há, portanto, *a priori*, definição exata da largura de uma dada APP de um determinado rio, mas há uma recomendação, em geral aceita, com base em diversos critérios técnicos, que estabelece que com 30 metros de cada lado do rio se cumpre a maioria das funções requeridas da APP hídrica em todos os locais.

Os dados sobre a estrutura fundiária, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, apontam que há no Brasil cerca de 5,5 milhões de imóveis rurais, ocupando uma área total de cerca de 600 milhões de hectares (ha). Apenas 4% dessas propriedades têm mais de dez módulos fiscais, mas ocupam quase 65% da área total. A MP 571/2012 estabelece que essas propriedades devem manter APP mínima de 30 metros para todos os cursos d'água, incluindo aqueles com menos de 10 metros de largura.

Os imóveis rurais entre quatro e dez módulos fiscais representam cerca de 6% do total de propriedades e 13% da área total. Nelas a recuperação deverá ser também da faixa mínima de 30 metros, exceto para cursos d'água com menos de 10 metros de largura, que deverão recuperar, no mínimo, 20 metros de cada lado. É certo que a medida de 20 metros é menor que 30, mas é certo também que 20 metros cumprem em boa proporção as funções gerais requeridas para as APPs.

Se somarmos agora a parcela entre os cerca de 600 milhões de ha (estrutura fundiária) e os mais de 850 milhões de ha de todo o território, onde vale também a faixa mínima de 30 me-

tros, chegamos a um total que não será inferior a 84% dos rios do País com a proteção mínima de praticamente 30 metros. Em nenhum lugar do planeta isso pode ser classificado como retrocesso, muito menos como prejudicial aos recursos hídricos, ainda mais porque sabemos que o principal problema ambiental dos nossos rios não vem das áreas rurais, mas sim da ausência de tratamento de esgotos das cidades brasileiras, onde vivem hoje 85% da população.

Como informação adicional, há cerca de 4,7 milhões de imóveis rurais com até quatro módulos fiscais, o que representa mais de 90% do total de propriedades, ocupando 24% da área fundiária (ou cerca 16% do território). Nesse conjunto, a APP hídrica será de 5 metros (até um módulo fiscal, 74% das propriedades, 5,6% da área total), 8 metros (de um a dois módulos fiscais, 16% dos imóveis e 5% da área) e 15 metros (de dois a quatro módulos fiscais, 9% dos imóveis e 5,7% da área).

Esses números ensejam que o assunto deve ser analisado de forma objetiva. A flexibilização de regras para a pequena propriedade atinge, por seu lado, a pequena parcela da área ocupada por esse segmento em comparação com a totalidade dos imóveis rurais, produzindo-se, ao mesmo tempo, regras consagradas de proteção hídrica na maior parcela do território.

* DIRETOR-PRESIDENTE DA ANA

Estimular incentivando

ILAN GOLDFEJN

Havia ilusão, talvez esperança. Quem sabe, a "década perdida" duraria apenas a metade? A realidade é que chegamos ao quinto ano da crise (2007-2012) e não há sinal de recuperação rápida. Agora a crise na Europa bate à porta. Mesmo que seja debelada, a incerteza gera um recuo na atividade mundial. Exportações diminuem, investimentos são adiados e os governos têm de recorrer a mais estímulos para manter suas economias crescendo. O sucesso dos estímulos vai depender da forma como são desenhados e implementados. É preciso estimular, pelo incentivo, de preferência no que faz falta. Na China a ênfase deve ser no consumo maior, no Brasil, em aumentar o investimento.

Nos EUA a chave está na renovação dos estímulos fiscais que vencem este ano. As projeções para o crescimento do PIB em 2012 estão caindo para uma faixa de 2%. Antes chegavam a quase 3%. Com as empresas menos endividadas e as famílias no mesmo processo, as esperanças renovam. O governo deve continuar endividado por um tempo. Um plano fiscal crível de médio e longo prazo é necessário para que não haja dívida quanto à sustentabilidade futura. Os investidores precisam continuar con-

fiando nos títulos do governo para que seus juros sigam baixos.

Esse luxo (a confiança do investidor) a Europa parece não ter mais. Pelo menos nos países da periferia. A Grécia e Portugal não têm acesso ao mercado privado para rolar suas dívidas, defendem do apoio público do resto do mundo. A Espanha está indo no mesmo caminho. Precisa pedir ajuda externa para salvar os seus bancos em dificuldades. Ajuda do próprio governo espanhol não serve mais. Os investidores se perguntam: como o governo vai conseguir o dinheiro para ajudar seus bancos? Não virá do bolso dos investidores, ao que tudo indica.

Neste mundo de dificuldades, a Europa caminha para uma recessão este ano (entre -0,5% e -1%), mesmo num cenário em que a crise seja debelada. Mas a

Oferecer as melhores condições para investir é o caminho para retomar o crescimento

crise pode ser deflagrada por qualquer falha solta neste momento. E não faltam falhas. As eleições na Grécia são uma delas. Os gregos não querem sair do euro, mas também não se dispõem a fazer os ajustes que fazem parte do programa que assinaram. É possível que os outros governos da Europa ainda indiquem alguma flexibilidade no tamanho do ajuste requerido. Mas, dependendo do resultado das eleições, a Grécia pode ver sua saída do euro desencadeada pela falta de apoio às medidas e pela fuga de recursos do país.

Resolução da crise na zona do euro, em minha opinião, não virá mais de um grande anúncio - um novo plano de reformulação com mais união fiscal e ajuda entre os governos. Esse plano pode vir a complementar o ocorrido, *a posteriori*. Mais provável é que a saída venha na hora do aperto, quando o Banco Central Europeu (BCE) for empurrado a monetizar as dívidas e financiar os bancos dos países periféricos para estancar corridas bancárias que venham a ameaçar um ou mais países do euro. Na hora da crise países centrais, como Alemanha e França, podem preferir *de facto* (implicitamente) a flexibilidade extrema do BCE, a monetização e socialização das dívidas, a aceitar a derrocada do projeto político de união europeia. O BCE transformará-se numa espécie de Fed (o banco central americano) com um balanço tão ou mais inchado com títulos privados. Não será a solução de longo prazo, mas alivia os mercados e o curto prazo. Abre tempo e espaço político para o novo desenho da zona do euro.

Como deveriam agir os países

de economias emergentes, como o Brasil?

A China vê sua economia desacelerar em razão da menor demanda por suas exportações pelos países afetados pela crise, mas também do esgotamento do estímulo à demanda interna via mais investimentos. Tudo indica que a China continuará estimulando sua economia, mas de forma sustentável ao longo do tempo e com ênfase crescente no consumo doméstico, dada a sua taxa de poupança elevada. Mais consumo na China, substituindo suas exportações, é o que desejamos chineses e o resto do mundo.

No Brasil, ao contrário, o problema não tem sido de consumo. O crescimento do PIB tem decepcionado, sim, com apenas 0,2% no primeiro trimestre (em relação ao trimestre anterior). E os fracassos dados da produção industrial de abril comprometem a expectativa de reaceleração forte do crescimento no segundo trimestre.

Mas a decomposição do crescimento do primeiro trimestre revela que a melhor estratégia para a frente é concentrar no estímulo à oferta e ao investimento no Brasil. Vejamos.

Os dados do primeiro trimestre mostram uma surpresa maior pela ótica da produção (lado da oferta) que da absorção doméstica (demanda), que cresceu 0,8%, bem acima do PIB. Uma parte do crescimento da demanda foi atendida pelas importações (o setor externo contribuiu com -0,2 ponto porcentual para o crescimento do trimestre) e outra parte, pelos estoques.

O consumo continua crescendo na economia brasileira (1%). Foi o investimento que caiu 1,8%. Uma parte da queda do investimento tem fatores específicos, como a produção de bens de capital para os segmentos de transporte, que caiu um pouco mais de 20% (o resto subiu cerca de 0,8%), em parte consequência da entrada em vigor de mudança tecnológica (para veículos mais alinhados com a sustentabilidade ambiental). Mas como a indústria já capacidade ociosa na indústria, e as incertezas globais têm aumentado, é natural esperar um processo mais lento de recuperação dos investimentos.

Nesse contexto global, são necessários estímulos que de fato incentivem. O Brasil deveria concentrar-se em incentivar investimento, o caminho mais direto para recuperar o crescimento de forma sustentável. Para isso é necessário oferecer as melhores condições ao investimento, por meio de segurança (clima de negócios) e retorno adequado ao longo do tempo.

* ECONOMISTA CHEFE DO ITAÚ UNIBANCO E SÓCIO DO ITAUBA

SINAIS PARTICULARES



Fernando Haddad

Fórum dos Leitores

INSEGURANÇA PÚBLICA Arrastões

Para coronel da PM, restaurantes têm de gastar mais com segurança é o título da página C3 de 2012, após novo arrastão em restaurante de São Paulo. Aliás, um oficial da polícia recomendou meses atrás aos contratantes de segurança privada que cobrassem mais das empresas, pois estas não vêm oferecendo aquilo a que se comprometem e seus vigilantes são mal treinados... Como cidadão de um Estado de Direito, permito-me perguntar: a quem cabe fornecer segurança aos cidadãos que pagam pesados impostos para recebê-la? E não só segurança, mas também saúde e educação, que o Estado brasileiro não fornece, ou fornece de maneira precária, salvo raríssimas exceções. Pergunto ao sr. coronel: qual seria a sua reação se amanhã a Eletropaulo lhe solicitasse instalar um gerador de

energia, à sua própria custa, para gerar energia nos horários de pico, mas não diminuisse a conta de luz? Ou se a Sabesp passasse a fornecer água contaminada barrenta e solicitasse que ele purificasse a sua custa, mas continuasse a cobrar a mesma conta de fornecimento? Ou se ele tivesse de pagar mais do que já paga para mandar seus filhos à escola, seja ela pública ou privada? Ou, para nos atermos a uma novidade, a Prefeitura exigisse que ele passasse a fornecer as lâmpadas dos semáforos que queimaram nas redondezas de sua residência? Acredite que acharia um abuso. Viver num país onde a polícia não consegue fornecer a segurança necessária aos seus cidadãos é muito triste. E ouvir conselhos dessa mesma polícia - como aquele acima é um absurdo! P. S.: Não sou dono de restaurante. ARRIGO H. B. TERMI arripgt@gmail.com São Paulo

Em Higienópolis

Fiquei pasmo ao ler no Estadão: "Para o tenente-coronel João Luiz Campos, comandante do 7º Batalhão da Polícia Militar, residentes 'precisam começar a escolher os restaurantes que frequentam levando em consideração também a segurança oferecida pelo local. Além da qualidade da comida e da limpeza, é preciso também saber se oferece segurança e câmeras, por exemplo'". Para que pagamos impostos? Temos de comprar planos de saúde privados porque o SUS atende muito mal. Temos de pagar escolas particulares porque as públicas, na maioria, estão depredadas, sujas e malcheirosas. Temos de trocar nossos carros com frequência porque nossas ruas são mal conservadas. E agora temos também de cuidar nos mesmos de nossa segurança? Então, qual a

finalidade dos impostos? Será apenas para serem rateados entre a corrupção e a ineficiência? Qual a lógica de se pagar salário a esse "responsável" pelo policiamento? MARCOS SUSSKIND eulere@estadao.com.br São Paulo

Pré-História

Lamentável a sugestão do comandante do 7º BPM quando diz que os proprietários precisam investir mais em segurança e os clientes, levar em consideração aspectos como câmeras e vigias ao escolherem locais para almoçar e jantar. O pior é que não é a primeira vez que ouvimos barbaridades dessa natureza. É a total falência dos setores público e o reconhecimento do lamentável estado em que se encontra a cidade. Se já tínhamos uma administração municipal inoperante e descomprometida com o cidadão, temos

também uma administração estadual falida e sucateada. O cidadão paulistano (contribuinte), a seguir as recomendações das autoridades, sejam municipais, estaduais ou federais, é remetido à Pré-História, quando tinha de cuidar por conta própria de sua sobrevivência e da de sua família, embora com uma singela diferença: o homem pré-histórico não pagava impostos, taxas e outras contribuições destinadas hoje a sustentar a corrupção neste país. MAURICIO ADRIANO NIEL mauniel@terra.com.br São Paulo

Semáforos

A Diretoria de Representação dos Empregados da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) cumprimenta e agradece aos repórteres Bruno Ribeiro, Natyaly Costa, Márcio Fernandes e a todos os que colaboraram pela exce-

lente reportagem sobre a questão semafórica na cidade (30/5). Conseguiram passar de forma clara e objetiva aos leitores um assunto que muito nos preocupa. Infelizmente, a falta de gestão dos atuais administradores da CET parece proposital. A falta de lâmpadas para reposição é só uma parte de um grande problema. O sucateamento dos controladores e das centrais de controle dos semáforos é tão grave quanto e também expõe os usuários a risco de acidentes. Esta diretoria já esgotou todas as possibilidades de encaminhamento dessas e de outras situações em todas as instâncias do governo municipal, sem sucesso. Talvez informando a população por meio de trabalhos jornalísticos brilhantes como esse o sr. prefeito resolva agir. Se é que ainda dá tempo. Em nome dos colegas da CET que estão fazendo milagres para que a cidade continue andando com um mínimo de segurança, muito obrigado!